

N.º: Gp0070-XI

Proc.º: 30.06.01.01

25.05.01.01

Data: 18.01.2017

Assunto: Debate de Urgência – Saúde – Intervenção inicial

Senhora Presidente;

Senhoras e Senhores Deputados;

Senhoras e Senhores Membros do Governo;

A 23 de novembro de 2006 foi aprovado, neste Parlamento, a Proposta de Decreto Legislativo Regional que procedeu à alteração do Estatuto do Serviço Regional de Saúde que permitiu a transformação dos Hospitais Regionais em Entidades Públicas Empresariais.

Os principais objetivos destas modificações, então aduzidos pelo Governo, eram *“a obtenção de ganhos acrescidos em saúde, acompanhada de uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis”*.

O CDS-PP, na altura, não se opôs; os objetivos subjacentes visavam pôr cobro às principais dificuldades das unidades de saúde.

Mas o CDS-PP deixou bem claro que era preciso contratar gente capaz, bons gestores, porque é disso que precisam a generalidade das nossas unidades de saúde.

E, como se tem vindo a confirmar, o CDS-PP tinha razão!

Para nós o objetivo continua a ser claro: queremos que os Açores sejam a excelência da gestão hospitalar a nível nacional.

**Senhora Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;**

Vejamos um mau exemplo: na Ilha Terceira construiu-se um novo Hospital. Esperavam-se mais e melhores cuidados de saúde.

Mas só uma casa nova, não resolve velhos problemas!

Nos últimos 4 anos o Hospital da Terceira teve 5 Presidentes do Conselho de Administração.

A atual Presidente saiu, em 2013, depois de fecharem serviços relevantes, como o caso injustificável do Serviço de Cardiologia e da Unidade de Cuidados Coronários (mesmo contra os pareceres técnicos e científicos da Sociedade Europeia de Cardiologia e do Colégio de Cardiologia da Ordem dos Médicos), com graves prejuízos para os utentes e piorando os cuidados assistenciais aos doentes internados, como hoje se verifica.

Quem se lhe seguiu foi demitido pela tutela.

Entrou então uma nova Administradora – batizada pelo PS como a “Dama de Ferro” – que não conseguiu resistir aos lobbies internos e, mais uma vez, foi demitida pelo Governo.

Quem lhe sucedeu teve melhor sorte; em vez de ser demitido pelo Governo, foi promovido a governante, voltando assim a velha senhora, que já tinha saído, em 2013, para dar lugar aos mais novos.

A mais recente maleita hospitalar prendeu-se com alegados problemas nos aparelhos de esterilização do material utilizado no bloco operatório o que levou ao cancelamento de cirurgias, já com os doentes preparados para serem submetidos à cirurgia, sem o mínimo respeito pelo sofrimento e pelo stress a que um doente está sujeito para ser operado.

Registe-se que alguns doentes já se encontravam no bloco operatório. Os da Terceira voltaram para casa, os das outras ilhas foram apanhar o avião (sem serem operados).

Então a joia da coroa, inaugurada em 2012, pelo PS, não tem um sistema de redundância para esterilização de material?

Em caso de avaria do autoclave é necessário mandar o material para outra ilha... outra ilha, não é a 3, 4, 0 ou 50 km's de distância e existem os condicionalismos do transporte aéreo.

Sr. Secretário Regional: está resolvido, definitivamente o problema?

E a Unidade de Saúde de Ilha não tem autoclave ou também está avariado?

Ao ponto que isto chegou... Pobres doentes!

**Senhora Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;**

Mas a gestão (a má gestão hospitalar) não é a única maleita do Serviço Regional de Saúde, infeliz e lamentavelmente.

As listas de espera para cirurgias são outro problema muito sério para o qual o CDS-PP já deu, por diversas vezes, o seu contributo construtivo.

O que não compreendemos, nem aceitamos, é que o Governo não faça uso efetivo e total dos instrumentos ao seu dispor como foram o Vale Saúde e agora o SIGICA.

É inadmissível que com um novo quadro legal regulamentado ainda não haja resposta para situações que potencialmente podem colocar em risco a vida dos doentes.

Infelizmente assistimos, hoje em dia, aos doentes e seus familiares a fazerem desesperados apelos aos governantes e deputados para que as suas aflitivas situações sejam resolvidas.

**Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;**

Atualmente os nossos hospitais não realizam e devolvem exames pedidos pelos centros de saúde, porque, alegadamente, as Unidades de Saúde de Ilha não pagam; e os doentes padecem!

E, há casos, em que padecem de doenças graves para os próprios e para a família em que por falta de entendimento entre o Centro de Saúde e o Hospital não se realizam os

devidos exames chegando ao extremo de se por em causa a saúde pública, negligenciando o tratamento atempado e eficaz de determinadas patologias.

Hoje temos hospitais sem medicamentos para os doentes, obrigando, muitas vezes, os internados a recorrerem às farmácias para adquirir os remédios do seu bolso.

Hoje temos unidades de saúde que, por imposição administrativa da SAUDAÇOR, recebem produtos e materiais clínicos de duvidosa qualidade, atendendo-se apenas ao preço, numa demonstração de total desprezo pelo conforto e sofrimento dos doentes.

Por outro lado, continuam as dificuldades acrescidas para os Açorianos residentes em ilhas sem hospital. O anterior titular da pasta da Saúde anunciou o fim do sistema de referenciação hospitalar.

No entanto, por exemplo, a Unidade de Saúde de Ilha das Flores só desloca doentes para o Faial e se o doente quiser tratar-se em Ponta Delgada é obrigado a pagar do seu bolso a diferença da passagem aérea.

**Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;**

Os doentes dos Açores merecem melhor e mais saúde, mas, sobretudo, merecem o respeito pela sua condição de doente.

Termino, citando uma frase de um ilustre Terceirense, que me foi dita por um familiar: “Para se estar doente na Terceira é preciso ter muita saúde”!

O Deputado Regional



Artur Lima